

## ATA NÚMERO 021/XV/1.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)] – 15h00

3. Audição, por requerimento do PSD, do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) e do Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE) sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino – 16h00

### 4. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 11 de outubro de 2022
- Reunião da Comissão de 19 de outubro de 2022

### 5. Comunicações do Presidente

#### 5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

##### i. Projetos de Lei – generalidade

- [Projeto de Lei n.º 359/XV/1.ª \(BE\)](#) - Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar

##### ii. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução 250/XV/1](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado

## 5.2. Iniciativas europeias

<a href="#">JOIN(2022)53</a>	2022-10-10	COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de Ação para a Juventude no âmbito da ação externa da UE 2022–2027 Promover a capacitação e a participação dos jovens na ação externa da UE em prol do desenvolvimento sustentável, da igualdade e da paz
------------------------------	------------	--

## 5.3. Pedidos de audiência

- **Movimento de Professores em Monodocência (MPM)**

## 6. Discussão e votação dos pareceres de iniciativas legislativas

- [Projeto de Lei n.º 321/XV/1.ª \(CH\)](#) - Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório.
- [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026
- [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023

## 7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- [Petição n.º 65/XV/1.ª](#) - Pelo fim das taxas de entrega de tese

## 8. Fixação de redação final

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

## 9. Outros assuntos

## 10. Data das próximas reuniões

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

### 2. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)]

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes do CCISP, e recordou a grelha de tempos.

Os representantes do CCISP referiram o seguinte, em síntese:

- A iniciativa de cidadãos em apreciação conta com mais de 20 mil assinaturas e a ela se associaram todas os institutos politécnicos do país;
- As questões em debate acolhem consenso alargado, expresso pela votação unânime da iniciativa, na generalidade, e pelas manifestações de apoio proferidas por grande parte dos decisores regionais;
- A iniciativa não pretende alterar o sistema binário, nem a missão conferida aos politécnicos definida no regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES) e no regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (RJGDES);

- Pelo contrário, a iniciativa reforça a diversidade do sistema binário, na medida em que as alterações propostas poderão ter um impacto positivo, valorizando a imagem dos politécnicos, e aprofundando a identificação com estas instituições bem como com as regiões onde estão localizadas;
- Nos últimos 10 anos houve uma grande evolução na investigação nos politécnicos e a título exemplificativo, declararam existirem 31 unidades de investigação avaliadas positivamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), 11 unidades com classificação de excelente e muito bom, participação em infraestruturas e laboratórios associados e colaborativos, e *hubs* de inovação tecnológica, permitindo uma plena implementação em território português;
- O relatório da OCDE de 2018 alude aos «doutoramentos profissionais orientados» como forma de apoiar as pequenas e médias empresas no desenvolvimento de processos de inovação, concluindo existir necessidade e oportunidade para alguns politécnicos outorgarem o grau de doutor, em particular neste tipo de doutoramentos;
- Os novos programas doutorais que defendem devem estar alinhados com as necessidades do território, das empresas e da região, e os politécnicos estão disponíveis para o estabelecimento de consórcios que permitam atrair mais massa crítica e desenvolver projetos mais inovadores;
- Sobre a alteração da designação de «institutos politécnicos» para «universidades politécnicas» argumentaram que a atual denominação dificulta diálogo com os parceiros, potenciais estudantes e suas famílias; que o *marketing/ branding* das instituições é fundamental para atrair mais estudantes, sobretudo no âmbito internacional, e que esta visão está alinhada com a posição seguida pela grande maioria das instituições;
- As alterações propostas não colocam em causa o sistema binário, não têm impactos financeiros, não prejudicam qualquer outro setor do país, e a recusa destas mudanças significa atrasar as mudanças que os politécnicos precisam para colaborar ainda mais com o desenvolvimento do país;
- Aludiram ao papel dos politécnicos na coesão territorial, sobretudo naqueles que estão localizados em territórios de menor densidade populacional;

- Por fim deram nota que o CSISP irá responder por escrito às questões que lhes foram colocadas e que todos os politécnicos irão subscrever o seu contributo.

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Topa Gomes (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Alfredo Maia (PCP) e Joana Mortágua (BE) que colocaram questões e observações.

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, os representantes do CCISP indicaram o seguinte, em síntese:

- Os últimos três anos foram atípicos e, por essa razão, houve necessidade de ajustamento aos planos traçados;
- A participação em redes europeias e a internacionalização ganharam nos últimos anos um peso diferente, mas tencionam manter a identidade da matriz politécnica;
- Na iniciativa legislativa em apreciação não está em causa a revisão da carreira docente, essa será uma reflexão para futuro, de momento o que é urgente é que os politécnicos disponham de outras condições para crescerem e responderem às necessidades do país e das famílias;
- O perfil do doutorado deverá estar alinhado com o perfil das instituições politécnicas;
- A possibilidade de ministrar doutoramentos permitirá dar um salto grande na investigação dos politécnicos, pois a investigação faz-se sobretudo com a orientação de doutoramentos;
- Concordaram que os politécnicos, uma vez habilitados para atribuir o grau de doutor, deverão organizar-se de forma a potenciarem-se e apostarem nas áreas nas quais exista massa crítica instalada;
- A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) é quem avalia se existem ou não condições para ministrar os doutoramentos, o que se pretende é que também os politécnicos possam concorrer nas mesmas condições e com as mesmas regras que as universidades;
- Não pretendem ser integrados em universidades, o que não invalida que trabalhem em conjunto em projetos e programas comuns;

- Ainda que todos os politécnicos se posicionem de igual modo sobre as duas questões reivindicadas (alteração da nomenclatura e concessão do grau de doutor), tal não invalida que assumam estratégias diferentes.
- Não concordam com o argumento de que a alteração da designação conduza ao aumento da concorrência e a um prejuízo para os politécnicos;
- Aludiram ao bom posicionamento de alguns politécnicos nos *rankings* internacionais e ao trabalho desenvolvido na investigação relevante para as regiões nos quais se inserem, desenvolvendo soluções à medida das empresas e atraindo pessoas para estas regiões;
- Por outro lado, tem-se procurado aprofundar uma visão moderna sobre os politécnicos, que não estão agarrados à posição e ao contexto de 2013, mas sim atentos às referências internacionais;
- Se os politécnicos não tivessem capacidade científica para resolver os problemas das suas regiões teriam pouca utilidade para as empresas e autarquias locais, e por isso consideram que definir a natureza dos politécnicos pela ausência de capacidade científica é uma visão ultrapassada e prejudicial para a sociedade, que precisa de instituições ligadas às empresas e economia locais;
- Enfatizaram que o que pretendem é poderem ser avaliados com os mesmos critérios e com a mesma exigência com que as universidades são avaliadas, e destacando a importância em se outorgarem doutoramentos de natureza profissionalizante, que possibilitem que os estudantes possam trabalhar diretamente com a indústria, permitindo que essas regiões se desenvolvam e cresçam de forma articulada;
- Em relação à alteração da designação, consideram que é importante tomar em consideração impactos positivos dessas alterações em outros países europeus.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

**3. Audição, por requerimento do PSD, do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) e do Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE) sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da ANDAEP e da ANDE e recordou a grelha de tempos.

A Senhora Deputada Cláudia André (PSD) apresentou o requerimento do seu GP e colocou algumas questões às entidades.

O representante da ANDAEP referiu o seguinte, em síntese:

- Os atrasos na devolução das verbas às escolas tem sido uma situação recorrente, e as devoluções têm ocorrido cada vez mais tarde, em grande parte dos casos no final do ano letivo seguinte, e que este ano o atraso tinha sido de 9 meses;
- A devolução destas verbas deveria acontecer nos três primeiros meses do ano civil, uma vez que as escolas precisam delas para desenvolverem as suas atividades;
- Esclareceu que algumas escolas já receberam as verbas, mas solicitou que se tomem as medidas e as diligências necessárias para que no próximo ano esta situação não se repita;
- Sobre o impacto destes atrasos nos alunos, explicou que o grande problema da educação não era este, mas sim a falta de professores, em particular a dificuldade que as escolas têm na sua substituição, a avaliação do corpo docente e a burocracia;
- Explicou que esta situação leva algumas escolas, no final do ano letivo, a gastarem o dinheiro sem um plano de aquisição correto, pelo receio de que no ano seguinte o dinheiro seja devolvido tardiamente; ou acabam por entregar dinheiro devolvido, por não terem tempo para o gastar.

Os representantes da ANDE referiram o seguinte, em síntese:

- Todos os anos existem atrasos na reposição das verbas, mas este ano o atraso foi superior, e as escolas só receberam autorização para requisitar as verbas de 2021/2022 depois do dia 10 de outubro;
- Estes atrasos levam algumas escolas a gastarem sem cuidado essas verbas, uma vez que no final do ano, se as não gastarem têm que as devolver, o que consideraram um péssimo exemplo de gestão financeira;

- As escolas, em particular aquelas que dispõem de verbas mais elevadas, ficam prejudicadas duplamente pois, devido aos atrasos, não dispõem de tempo suficiente para fazer os concursos necessários à execução dos planos traçados;
- O atraso consubstancia um grave prejuízo para as escolas e, conseqüentemente, direta ou indiretamente para os alunos, pois há obras que deixam de ser realizadas por falta de tempo, revelando pouco respeito pelas escolas e pela educação;
- As escolas dispõem de «pequenos espaços de autonomia» que consideram fundamentais, mas gostariam de ter mais autonomia em outras áreas, nomeadamente, na contratação dos professores, pois em certas circunstâncias justifica-se um determinado perfil de docente para determinadas turmas/alunos/comunidade e esta questão ficou ainda mais prejudicada com a transferência de competências para os municípios sem que os diretores de agrupamentos tivessem sido consultados, e ainda que haja excelentes exemplos, a pressão político-partidária nas escolas representa um grande risco;
- Em Portugal existe uma escola pública de qualidade que se deveria proteger e defender, mas sem orçamento acaba por sobreviver com a ajuda de alguns encarregados de educação e das autarquias.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Alfredo Maia (PCP), Joana Mortágua (BE) e Cláudia André (PSD) que colocaram questões e observações.

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, o representante da ANDAEP indicou o seguinte, em síntese:

- Considerou que os Senhores Deputados deveriam ter tomado medidas há mais tempo para evitar esta situação;
- Não desvalorizou a questão dos atrasos das verbas, apenas explicou que, infelizmente, não era o mais grave dos problemas que a escola pública enfrenta;
- Referiu as virtudes da escola pública, nomeadamente, no âmbito da educação inclusiva;

- Aludiu também ao modelo de gestão da escola pública em Portugal, enquanto referência para outras escolas europeias;
- A contagem total de tempo de serviço dos professores tem de ser um assunto debatido, assim como a questão da contratação de professores em determinadas situações.

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, os representantes da ANDE indicaram o seguinte, em síntese:

- Registaram a vontade de todos para que esta situação se resolva e não se volte a repetir;
- Este problema revela a falta de consideração pela autonomia das escolas, e independentemente dos valores retidos compromete o projeto educativo, os investimentos e prejudica os alunos;
- Sublinharam o dever de se proteger a escola pública da intervenção de terceiros e a urgência em valorizar-se a carreira docente e em melhorar as condições profissionais dos professores.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

#### **4. Aprovação de atas**

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) interveio neste ponto para chamar à atenção para algumas gralhas, bem como para um lapso no ponto 7 na ata da reunião do dia 11 de outubro, na qual faltava incluir a sua intervenção. Em relação à ata da reunião do dia 19 de outubro deu nota de algumas imprecisões.

O Senhor Presidente da Comissão sugeriu que as atas fossem votadas, já contemplando as alterações sugeridas pelo Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS). Colocadas a votação, ambas as atas foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e BE registando-se a ausência dos Deputados da IL.

## 5. Comunicações do Presidente

### 5.4. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

#### iii. Projetos de Lei – generalidade

O Senhor Presidente informou que o [Projeto de Lei n.º 359/XV/1.ª \(BE\)](#) – **Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar**, tinha baixado à 1.ª Comissão a 20 de outubro, em conexão com a 8.ª Comissão.

#### iv. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

Neste ponto o Senhor Presidente informou que o [Projeto de Resolução 250/XV/1 \(L\)](#) - **Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado**, tinha sido discutido na generalidade na reunião plenária do dia 20 de outubro e que no dia seguinte tinha sido aprovado, por unanimidade, o requerimento para baixar à 8.ª Comissão por 60 dias, sem votação, para nova apreciação na generalidade. Informou que o Senhor Deputado Rui Tavares (L) havia sido contactado para se pronunciar sobre o sentido desta baixa e que se aguardava uma resposta.

### 5.5. Iniciativas europeias

<a href="#">JOIN(2022)53</a>	2022-10-10	<b>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de Ação para a Juventude no âmbito da ação externa da UE 2022–2027 Promover a capacitação e a participação dos jovens na ação externa da UE em prol do desenvolvimento sustentável, da igualdade e da paz</b>
------------------------------	------------	---

Entrando neste ponto, o Senhor Presidente questionou se, não obstante esta iniciativa europeia tenha sido sinalizada pela 4.<sup>a</sup> CAE para conhecimento, atendendo às competências desta Comissão e à natureza da iniciativa, a Comissão pretendia escrutinar esta iniciativa ou não. O Senhor Deputado António Cunha (PSD) considerou que esta matéria entrava no âmbito das competências da 12.<sup>a</sup> Comissão, e que por isso, a ser escrutinada, deveria ser por aquela Comissão.

### 5.6. Pedidos de audiência

O Senhor Presidente informou que tinha sido solicitada uma audiência à 8.<sup>a</sup> Comissão pelo Movimento de Professores em Monodocência (MPM), sobre a inconstitucionalidade da situação laboral, que afeta os docentes da educação pré-escolar e do 1.<sup>o</sup> ciclo do ensino básico e a reposição da equidade na aplicação do estatuto da Carreira Docente ou a respetiva compensação na idade da aposentação para estes docentes.

O Senhor Presidente deu ainda nota que além deste pedido, o MPM tinha dirigido uma carta ao PAR a solicitar a fiscalização abstrata da constitucionalidade dos artigos n.º 77.º, 79.º, 80.º e 85.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, aludindo à petição pública que apresentaram e anexando as assinaturas dos mais de 3.000 subscritores.

Colocando-se a dúvida se o MPM pretendia apresentar uma petição à AR, os representantes do MPM foram contactados, aguardando-se uma resposta, para esclarecer as suas pretensões pois, no caso de tencionarem apresentar uma petição à AR, não faria sentido a realização de uma audiência, uma vez que seria obrigatória a audiência de peticionários. Nesta sequência, foi consensualizado aguardar a resposta da entidade.

## 6. Discussão e votação dos pareceres de iniciativas legislativas

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) apresentou o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 321/XV/1.<sup>a</sup> \(CH\) - Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório](#). Colocado à votação, o

parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e PCP registando-se a ausência dos Deputados da IL e do BE.

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) apresentou o seu parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) - **Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026**. Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e BE registando-se a ausência dos Deputados da IL.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) apresentou o seu parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - **Aprova o Orçamento do Estado para 2023**. Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e BE registando-se a ausência dos Deputados da IL.

## 7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

A [Petição n.º 65/XV/1.ª](#) - **Pelo fim das taxas de entrega de tese**, apresentada pela ABIC - Associação dos Bolseiros de Investigação Científica e com 8140 assinaturas foi admitida pela Comissão, na sequência da apreciação da respetiva nota de admissibilidade. O Grupo Parlamentar do PS informou que oportunamente indicaria o Deputado relator.

## 8. Fixação de redação final

O Senhor Presidente informou que na última reunião da Comissão havia sido aprovado o texto final único com as recomendações das iniciativas referidas a seguir, e que agora se deveria fixar a respetiva redação final.

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1ª \(IL\)](#) - **Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior;**
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1ª \(IL\)](#) - **Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior**

Colocada a votação, a proposta de redação final foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Deputados da IL.

## 9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 10. Data das próximas reuniões

Em relação aos trabalhos futuros da Comissão, o Senhor Presidente lembrou que vão ter lugar as audições conjuntas com a Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023](#), sendo a da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no dia 31 de outubro, pelas 9h00 e a do Ministro da Educação no dia 02 de novembro, pelas 16h00.

Informou ainda que no dia 29 de novembro, pelas 15h00, teria lugar a reunião seguinte da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h50, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)  
Alexandre Quintanilha (PS)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Catarina Lobo (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Tiago Estevão Martins (PS)  
António Cunha (PSD)  
Cláudia André (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Rui Cruz (PSD)  
Sónia Ramos (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
Alfredo Maia (PCP)  
Joana Mortágua (BE)  
Carla Sousa (PS)  
José Carlos Alexandrino (PS)  
Maria João Castro (PS)  
Pompeu Martins (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Alexandre Poço (PSD)  
António Topa Gomes (PSD)  
Carla Madureira (PSD)  
João Marques (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Emília Apolinário (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Porfírio Silva (PS)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Carla Castro (IL)